



Declaração política sobre a qualidade do ar em Lisboa
Intervenção da deputada municipal do PEV Cláudia Madeira
Assembleia Municipal de Lisboa, 14 de Novembro de 2017

Sr.^a Presidente, Srs. Secretários, Sr. Vice-Presidente, Srs. Vereadores, Srs. Deputados e estimado Público

Na primeira intervenção deste mandato, começo por dirigir uma saudação, em nome do Grupo Municipal do Partido Ecologista Os Verdes, a todos os eleitos, desejando um bom trabalho e fazendo votos para seja um mandato em que se dêem passos sérios para a resolução dos problemas da cidade de Lisboa.

Da parte de Os Verdes, seremos uma oposição com propostas, com soluções e continuaremos a trazer a esta casa os problemas reais das pessoas, fruto do contacto directo que mantemos com as populações.

Passando à declaração política, trazemos a esta Assembleia o tema da qualidade do ar, fundamental para a construção de uma cidade desenvolvida e ambientalmente sustentável.

Não é um tema novo, já aqui foi discutido várias vezes, a grande maioria por proposta nossa, mas é um assunto que deve continuar a fazer parte da agenda desta Assembleia, porque a poluição atmosférica é nociva à saúde, à fauna e à flora e prejudica gravemente a qualidade de vida. Por isso mesmo, é um problema que nos deve preocupar a todos e ter uma resolução urgente.

Recentemente, a Agência Europeia do Ambiente publicou um relatório onde conclui que a má qualidade do ar causa a morte prematura de mais de 6.600 pessoas por ano, em Portugal.

Falando concretamente no caso de Lisboa, existem algumas zonas críticas relativamente à má qualidade do ar, como é o caso da Av. da Liberdade, que ultrapassa os valores de poluentes superiores aos permitidos pela legislação europeia e nacional.

A verdade é que em 9 dias, Lisboa ultrapassou 23 vezes os valores máximos de poluentes permitidos por lei para um ano, situações registadas precisamente na estação de monitorização da Av. da Liberdade. Vinte dessas ocorrências aconteceram em apenas dois dias. Recorde-se que a legislação permite apenas 18 ultrapassagens dos valores máximos de poluentes por ano.

Como se sabe, a qualidade do ar em Lisboa é influenciada sobretudo pelos níveis de tráfego rodoviário, que acaba por ser uma consequência do aumento das necessidades de mobilidade das populações. Portanto, a resolução deste problema passa necessariamente pela capacidade de resposta a nível da mobilidade colectiva, à escala da cidade mas, igualmente importante, à escala metropolitana.

E numa altura em que se debate a neutralidade carbónica é preocupante e contraditório que Lisboa continue a apresentar estes níveis de má qualidade do ar.



É preciso recordar que os níveis de poluição do ar recomeçaram a subir assim que voltou a aumentar o número de viaturas em circulação. E, por isso mesmo, é extremamente alarmante continuarmos a deparar-nos todos os dias com uma rede de transportes que não dá resposta às necessidades das populações.

Os tempos de espera nos transportes são inaceitáveis. Esperar 10/15 minutos por um metro e esperar cerca de meia hora por um autocarro que vem cheio e não se consegue entrar não é aceitável. Também é inaceitável que esteja em cima da mesa um plano de expansão do Metro que em nada responde a estas questões ambientais e que em nada vai ajudar os cidadãos a optar pelos transportes colectivos, em detrimento do transporte individual. Além disso, todos os outros problemas mantêm-se: interrupções nas várias linhas, carruagens cheias, equipamentos avariados e por aí fora.

É aqui que reside a questão fulcral: Lisboa não é uma ilha e os problemas só se resolvem com uma visão global, e uma resposta no plano metropolitano. É preciso uma rede de transportes colectivos rápida, eficaz, sustentável e a preços acessíveis que responda às necessidades das pessoas.

É preciso alargar a rede e a oferta e reduzir os preços. É preciso apostar numa rede de parques verdadeiramente dissuasores nas entradas da cidade, e não continuar a fazer-se o que se fez com o parque da Ameixoeira, que está vazio, não servindo o seu propósito.

É preciso termos uma autoridade metropolitana de transportes a funcionar devidamente e com a participação efectiva das autarquias ter os trabalhadores necessários a um bom funcionamento dos transportes.

Ou seja, precisamos de transportes de qualidade que sejam efectivamente alternativas e não apenas usados por quem não tem mais nenhuma alternativa!

E relembramos que estamos a falar de direitos constitucionais, o direito à mobilidade e o direito a um ambiente sadio.

Para Os Verdes, a política da qualidade do ar deve igualmente ser entendida como parte integrante de um planeamento urbano alargado e coerente, e também nesta área há um longo caminho a percorrer.

Outro aspecto que consideramos fundamental é a disponibilização de informação à população sobre os níveis de poluição atmosférica e a realização de campanhas de sensibilização sobre os impactos negativos da poluição atmosférica e as formas de a combater.

Por tudo isto, esta é uma matéria fundamental e não podemos continuar a adiar uma resposta séria, coerente e sustentada. Enquanto não houver verdadeiras alternativas, não será possível resolver os problemas ambientais, de mobilidade e de saúde pública na cidade de Lisboa.